PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. Deputado Colbert Martins)

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda dos trabalhadores da ativa portadores de doenças graves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

XIV – a remuneração dos trabalhadores da ativa e os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira parcial ou total, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Art. 4º Fica revogado o § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é ampliar a abrangência da isenção fiscal do Imposto de Renda concedida aos portadores de doenças graves.

De acordo com a legislação atual, representada pela Lei nº 7.713/88, a isenção do Imposto de Renda em tais casos somente se aplica aos aposentados.

Nesse contexto, minha intenção é estender o benefício fiscal em tela também aos trabalhadores da ativa, por uma questão de justiça social e em homenagem aos Princípios constitucionais da Isonomia e da Dignidade da Pessoa Humana.

Se a finalidade original da lei era diminuir o sacrifício dos aposentados, aliviando os encargos financeiros relativos ao acompanhamento médico e compra de medicamentos, não faz sentido a exclusão dos trabalhadores da ativa, cujo sacrifício é maior, tendo em vista que precisam dividir seu tempo, sua energia física e suas finanças pessoais com o horário de trabalho, com os afazeres laborais, com o transporte e conciliar tudo isso com as despesas hospitalares, tratamentos médicos e compra de remédios e equipamentos, sofrendo, portanto, imenso abalo financeiro e psicológico,

decorrentes das despesas médicas exageradas e da insegurança e incerteza quanto à sua saúde, respectivamente.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988 garante o direito à vida, à saúde e à dignidade do ser humano de forma que a disponibilização de mais recursos às pessoas portadoras de doenças graves, estejam elas na ativa ou aposentadas, significa cumprir o que determina a própria Constituição, ensejando um aumento da qualidade e da expectativa de vida.

Em respeito à boa técnica legislativa, foi incluída na redação do inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, a fibrose cística (mucoviscidose), constante do § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 1995.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância desta matéria para os trabalhadores da ativa portadores de doenças graves, em especial, e para o Brasil como um todo, gostaria de pedir o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado COLBERT MARTINS